

O VALOR SIMBÓLICO DAS FORTALEZAS REAIS DE S. FILIPE DA RIBEIRA GRANDE DE CABO VERDE E DOS TRÊS REIS MAGOS DO NATAL NO BRASIL*

Lourenço Conceição Gomes¹

Introdução

As obras arquitectónicas de cariz militar, ora apresentadas², fazem parte do património cultural material do ultramar português. São, seguramente, elementos que podem contribuir para a reconstituição da história colonial, nas áreas de influência portuguesa. Constituem pois, a herança que guarda um valor simbólico inestimável para nossa história, na medida em que representam o passado dos homens que, outrora, contribuíram para afirmação dos dois espaços no contexto no mundo atlântico.

O presente trabalho tem como objectivo essencial, proporcionar um debate científico sobre o tema, mediante a descrição e análise de obras de arte, enquanto campo de alargamento do conhecimento histórico e, assim, contribuímos para um maior aprofundamento da história colonial no que toca às funcionalidades da arquitectura militar.

A Ribeira Grande de Santiago nos séculos XV e XVI e a necessidade da sua fortificação

Ribeira Grande faz parte da maior ilha do Arquipélago Cabo Verde - Santiago, oficialmente descoberta por navegadores portugueses, no quadro daquela que é considerada, por Chaunu, como a terceira etapa da exploração da Costa Africana, no âmbito da expansão europeia³.

São apontados vários nomes de possíveis descobridores da Ilha acima mencionada e a maior parte dos estudiosos da história de Cabo Verde ainda não chegaram a entendimento perante as diversas teses apresentadas. Existem todavia muitos argumentos a favor do navegador genovês António Da Noli, apontando-o como autor da descoberta de Santiago, a primeira das ilhas deste arquipélago a

* Foi mantida a grafia original do artigo (N. E.).

¹ Mestre e Doutorando em História (especialidade História da Arte e Património) pela Universidade Portucalense de Portugal. Professor Assistente-Graduado do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.

² Revelou-se de grande importância na elaboração desta comunicação, na parte que toca à História do Rio Grande do Norte e dos Três Reis Magos, os apoios prestados por colegas professores brasileiros, Carla Mary Oliveira e Paulo Possamai. A primeira dando uma prestimosa colaboração, indicando páginas especializadas disponíveis na web, e o segundo remetendo gentilmente e directamente do Brasil, por via postal, bibliografia específica.

³ CHAUNU, Pierre. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 113.

ser aportada, e algumas ilhas próximas. Para Albuquerque⁴, tem mais mais peso do que todos os argumentos o conteúdo da carta regia de 19 de setembro de 1462, que refere a Da Noli, de forma evidente na parte sublinhada no trecho seguinte:

*D. Affonso e (...) A quantos esta carta virem fazemos saber que o Infante D. Fernando, Duque de Vizeu e de Beja, Senhor da Covilhã e de Moura e, meu mui amado e presado irmão nos enviou mostrar uma carta assinada por nós e sellada de nosso sello pendente feita em Cintra 12 de Novembro de 1457, porque lhe fizemos doação para elle e todos seus herdeiros e sucessores de todas as ilhas, que por elle ou por seu mandado fossem achadas assim e tão cumpridamente como a nós podessem pertencer, e com toda a jurisdição cível, crime, reservando para nós feitos crimes, alçada nos caso casos que caiba morte ou talhamento de membro(...) segundo mais cumpridamente em a dita carta é conrtheudo, pedindo nos o dito infante que, porquanto foram achada 12 ilhas, a saber: cinco por António de Noli, em vida do Infante D. Henrique, meu tio, que Deus haja, que se chamam: jlha de Santiago e a jlha de Sam Filipe, e a jlhas das Mayas e a jlha de S. Christovam e a jlha do Sall que são nas partes da Guiné (...).*⁵

Na parte sul da ilha de Santiago, junto à Baía onde fundearam homens, que à mesma aportaram, no caminho marítimo para Índia, ergueu-se o aglomerado humano, dividido por uma ribeira com a designação Ribeira Grande.

Na colonização, seguiu-se os mesmos métodos utilizados nos Açores e na Madeira, ou seja, a divisão das terras em Capitánias⁶, mais tarde aplicados noutras possessões portuguesas, como viria a ser o caso do Brasil. A Ilha de Santiago foi assim dividida em duas circunscções, sendo uma delas a Capitania do Sul com sede na Ribeira Grande entregue a António Da Noli⁷, para administração e povoamento, na qualidade de Capitão Donatário.

O local onde se desenvolveu a Ribeira Grande, na segunda metade do Séc. XVI, caracteriza-se pelas cotas pouco acima de dois metros, limitada pelo mar e por íngremes encostas limítrofes que, chegavam a ultrapassar os 60% de declive e por isso de difícil traficalidade para pessoas e animais.

⁴ ALBUQUERQUE, Luís de. “O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira & ALBUQUERQUE, Luís de (coord.). *História geral de Cabo Verde*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal; Cidade da Praia: Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, p. 23-39.

⁵ BARCELOS, Christiano José de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Vol. I - Partes I e II. Edição apresentada com notas e comentários de Daniel Pereira. Cidade da Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 29.

⁶ CARREIRA, António. *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Mem Martins: Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, 1983, p. 25.

⁷ A doação desta Capitania a Da Noli é considerada como uma prova do seu protagonismo na descoberta da Ilha de Santiago e terá sido uma recompensa por parte da coroa portuguesa por esse feito.

Ribeira Grande teve, segundo Correia e Silva⁸, o privilégio de ser pioneira na ocupação das ilhas, graças às condições económicas que se mostraram mais favoráveis, nomeadamente, a existência da enseada que tinha razoáveis condições para os navios fundearem.

Devido ao isolamento no meio do atlântico, a Ribeira Grande nasceu sem que se tomassem precauções com a defesa. Ao contrário do que acontecia habitualmente na época, com os estabelecimentos portugueses na Costa Africana, a segurança dos navios devia ser a única preocupação militar inicial⁹. Foi crescendo o povoado que, ao mesmo tempo, se alargava junto à costa, dominada por plataformas ou achadas salientes.

Inicialmente, sustenta o autor atrás referido, não havia nenhum dispositivo de defesa, mas, em contrapartida, o isolamento em pleno atlântico talvez criasse uma sensação de segurança. Mas também, há a assinalar, que, no século XV, nessas paragens, ainda não se fazia a acção de curso: “*O local tinha no entanto às condições de defesa natural para a instalação de um sistema fortificado de protecção à população*”¹⁰.

Como forma de incentivo à prossecução do povoamento tinha-se concedido privilégios aos habitantes, visando atrair mais europeus, nomeadamente, alguns familiares e homens vindos do Algarve e do Alentejo.

Com efeito a carta Régia de 1466, vai segundo Ilídio Baleno¹¹, no sentido de conceder privilégios aos moradores de Santiago, mais. Por este documento nota-se que a coroa reconhece a necessidade de tais privilégios nestes termos:

a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que o Infante D. Fernando nosso mui prezado e amado irmão nos enviou dizer como haverá quatro anos que ele começara a povoar a sua ilha de Santiago que é através do Cabo Verde e que por ser tão alongada dos nossos reinos a gente não quer a ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas. ¹²

Esses homens vindos do Algarve e do Alentejo, juntamente com alguns pretos livres, sustentados pelo trabalho de milhares de escravos, ergueram aquele que viria a tornar-se o centro de um comércio florescente de grande interesse.

Segundo Francisco Sousa Lobo, era esse crescente interesse que viria a justificar a existência de protecções físicas adicionais pois, explica o autor, até então, só era possível uma defesa imediata em combate próximo. Os habitantes dispunham de armas individuais de defesa pessoal e de mobilidade, mas não havia um recinto muralhado para garantir a defesa. Sustenta Lobo, só uma grande ameaça catalisaria

⁸ SILVA, A. L. Correia e. *Combates pela História*. Cidade da Praia: Spleen Edition, p. 134-138.

⁹ LOBO, Francisco J. G. de Sousa. “Técnica, engenharia e artilharia na Cidade Velha”. In: V.A. *Cabo Verde: fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Espanhola de Cooperação Internacional, 2000, p. 109.

¹⁰ LOBO, “Técnica...”, p. 110.

¹¹ ALBUQUERQUE, “O descobrimento...”, p. 127.

¹² BARCELOS, *Subsídios...*, p. 34.

o enorme esforço necessário para se erguer uma edificação com estas características, realçando ao mesmo tempo que, os sistemas fortificados só se desenvolvem em situações dramáticas e que talvez, pelas razões acima apontadas, não tinham os fatores conseguidos o apoio da coroa para a sua construção.

O rápido crescimento da urbe principalmente a partir de 1533 ¹³ “*leva a que os portugueses decidem elevar a Vila à categoria de Cidade e erigir a sede do bispado, abrangendo não só Cabo Verde, mas também terras da Guiné*”¹⁴.

No seguimento de Francisco Sousa Lobo¹⁵, a acumulação de bens fez do estabelecimento humano da Ribeira Grande um alvo apetecível. O aglomerado urbano primitivo transformou-se numa importante base comercial de apoio ao tráfico com Portugal, Costa Africana e Brasil, para reabastecimento de navios que sulcavam o Atlântico. A ausência de um sistema defensivo deixava a Vila vulnerável aos ataques de Franceses Ingleses e Holandeses.

Apesar do aumento dessa ameaça, a povoação não incluía nos primeiros tempos gente especificamente vocacionada para a defesa, o que não tardaria a acontecer, dado que em face dos acontecimentos dramáticos que puseram em causa a segurança dos bens¹⁶, iria ser edificada numa das achadas sobranceira ao núcleo urbano, a Fortaleza Real de S. Filipe, cuja descrição bem como a análise morfológica e funcional, enquanto obra de arte, nos reportaremos mais à frente.

Rio Grande do Norte no século XVI e sua relação com a edificação duma fortaleza

O Tratado de Tordesilhas assinado entre Portugal e Castela em 1494, teve lugar num contexto de sigilos de parte a parte, relativamente às incursões nos mares, levadas a cabo por esses estados, visando descobrir novas terras. Por esse Tratado, todos os territórios a descobrir a 370 léguas (1184 milhas) a Leste das Ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal e as partes situadas a ocidente dessa linha meridiana, seriam do domínio Espanhol¹⁷. Garantia à coroa Portuguesa as terras

¹³ Pelos dados avançados por António Carreira, o número de habitantes das ilhas de Santiago e Fogo (com muito mais expressão a primeira), cresceu rapidamente logo nos primeiros anos: 800 almas em 1468 e 1200 moradores em 1549. Mas na segunda metade do século XVI o crescimento é ainda muito maior fruto da acumulação de bens na Ribeira Grande. Assim, em 1572 a população subiu para 12.600 habitantes e 15.700 em 1582.

¹⁴ CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira & ALBUQUERQUE, Luís de (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal; Cidade da Praia: Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, p. 226.

¹⁵ LOBO, “Técnica...”, p. 111.

¹⁶ Na verdade, escreve João Lopes Filho, em sua obra *O Forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de S. Nicolau*, na zona de Cabo Verde destacam-se entre outros, os ataques do pirata inglês Francis Drake em 1568, perfeitamente devastador, sublinha o autor. Tais ataques ocorrem antes da construção da Fortaleza. Mas, mesmo depois da sua edificação, Ribeira Grande foi assaltada por, entre outros piratas, pelo Francês Jacques Cassard em 1712, devastando a Cidade, roubando haveres e incendiando casas.

¹⁷ MARQUES, A. H. Oliveira. *História de Portugal, do Renascimento às revoluções liberais*. Vol. II. Lisboa: Presença, 1997, p. 26.

da orla atlântica entre 4°, 40' e 6°, 30', abaixo da linha equinocial, o que corresponderia ao Brasil e à costa da futura Capitania do Rio Grande.

Descoberto o Brasil a 22 de Abril de 1500 por Pedro Alvares Cabral, Portugal manda em 1501 a primeira expedição integrada por Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, para firmar a posse e manter a soberania na terra recentemente descoberta¹⁸.

A expedição de 1501 chegou às proximidades do cabo de S. Roque, rumou para o sul e foi baptizando os acidentes da costa Brasileira: Cabo de S. Agostinho, Rio S. Francisco, Baía de Todos os Santos, Rio de Janeiro, Angra dos Reis até a Canadeia. Na Praia do litoral do Rio Grande do Norte foi abicado o marco primeiro sob a forma de padrão “*com brasão d’armas inconfundível*”¹⁹ ainda existe desafiando os séculos, como património brasileiro. De acordo com a literatura consultada, o dia 17 de Agosto desse mesmo ano de 1501 ficou consagrado à comemoração da descoberta marítima do Rio Grande do Norte.

No seguimento de Tarcísio Medeiros, o momento imediato da história ocorre com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias²⁰, com as terras a serem entregues a capitães-mores e governadores como de resto, já tínhamos referido em relação à ocupação das ilhas de Cabo Verde.

A partir de então, referem os estudiosos da história do Rio Grande do Norte, o Rio Grande conhecido por Rio dos Tapuios e, mais tarde por Rio Potengi, foi o ponto convergente dos navegadores d’alem mar, especialmente dos piratas²¹.

Neste contexto, o Brasil (que não foge à regra no quadro das pressões sobre as terras portuguesas adquiridas no âmbito das descobertas e por direito consagrado no Tratado de Tordesilhas) foi muito acossado inicialmente por Franceses²².

Em face das pressões dos franceses, fazendo valer o que estabeleciam as Cartas Régias²³ em Dezembro de 1597, a coroa portuguesa faz chegar à foz do Rio Grande uma expedição formada por Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco, Feliciano Coelho, Capitão-mor da Paraíba, Francisco de Barros Rego, Comandante de Esquadra, os irmãos mestiços Jerónimo, Jorge e António de Albuquerque, os padres Lemos e Gaspar de São João Peres, da Companhia de

¹⁸ MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973, p. 20.

¹⁹ MEDEIROS, *Aspectos...*, p. 21.

²⁰ Tal como refere também Maria Beatriz Nizza da Silva na sua *História do Brasil*, editada pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto, em 1991.

²¹ MEDEIROS, *Aspectos...*, p. 23.

²² A este propósito, se nos afigura referir que, para os franceses, cuja coroa protestava contra os termos do tratado de Tordesilhas, defendendo ao mesmo tempo que, o sol brilha para todos e que desconhecia o testamento de Adão que dividia o mundo entre portugueses e espanhóis, estavam em jogo interesses militares e económicos. A Capitania do Rio Grande encontrava-se num ponto geográfico de grande valor estratégico e possuía uma importante via de acesso - o Rio Grande, que permitiria uma melhor penetração dos colonizadores terra a dentro.

²³ As cartas régias normalmente concedidas no momento da doação das terras aos capitães-mores, atribuía a esses poderes, nomadamente, de defesa.

Jesus e Frei Bernadino das Neves. Essa expedição deu início à conquista, pois, era necessário para a Portugal apossar-se de uma vez por todas das terras potiguares, expulsando os franceses, entretanto já em processo de miscigenação com os nativos, tal como refere o Frei Vicente Salvador²⁴, citado por Medeiros e dar início à colonização da Capitania do Rio Grande.

Segundo a literatura consultada, cada esforço visando expulsar elementos invasores ou não, reveste-se de carácter militar e, resulta sempre, no estabelecimento de um Forte. No caso do Rio Grande do Norte este viria não só a ser edificado como também a constituir o núcleo de povoamento da região. A fortificação foi iniciada na manhã do dia 6 de Janeiro de 1598, dia de Reis e por isso, recebeu o nome de Forte dos Três Reis Magos, a que os cronistas coloniais chamavam fortaleza dos Três Reis Magos ou Santos Reis²⁵. Com a construção dessa Forte, a setecentos e cinquenta metros da barra do Rio Grande, dá-se a oficialização da conquista portuguesa na Capitania do Rio Grande do Norte, e nas palavras de Luís da Câmara Cascudo, “o Forte dos Reis Magos foi a marca, a barreira extrema dos portugueses no norte do Brasil”²⁶.

Sobre esta obra da arquitectura militar iremos debruçar no ponto seguinte, onde poderemos constatar semelhanças com Fortaleza Real de S. Filipe, edificada em Cabo Verde, na estrutura morfológica das duas composições. As duas fortificações têm seguramente, relação directa não só com o contexto que lhes é comum e que explica as respectivas finalidades, mas também com as técnicas construtivas de então, conhecidas nas duas partes, em apreço, do ultramar português.

Descrição morfológica e funcional das duas obras

Iniciando pela análise das características físicas da Fortaleza Real de S. Filipe (Cabo Verde), importa referir que foi construída num local alto, coincidente com o cume de uma ladeira já descrito como íngreme e de acentuado declive, entre 1587 e 1593.

A partir desse local, dominava-se completamente a observação sobre mar, a sul e por todo o interior da Ilha, a norte. Como a fortificação não se situava à beira-mar seguindo a tradição da maioria das fortificações deste tipo, tinha sobranceiramente o povoado da Ribeira Grande. Tais características geográficas implicavam que da fortaleza não se fizesse tiro de curto alcance, por causa da eventualidade de ser atingida a Cidade.

A imagem seguinte refere-se à fortaleza em referencia concebida como maquete, mas que dá uma ideia das suas características morfológicas na época.

²⁴ Muitos destes tipos de personagens ligadas ao processo de colonização do Brasil são normalmente apresentados na literatura como os primeiros obreiros da História do Brasil, ao relatarem factos muitos distantes no tempo e cuja reconstituição seria muito difícil sem o contributo desses homens.

²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Serviço de Documentação, 1955, p. 24.

²⁶ CASCUDO. *História...*, p. 25.



Fig. 1 - Fortaleza real de S. Filipe, sobranceiro à antiga Cidade da Ribeira Grande, sendo esta bem visível só do lado oposto²⁷.

Trata-se de um recinto amuralhado, sublinha Peña, de paredes grossas de pedra e barro com acesso ao corredor superior de doze varas de largura. Estas tinham dois baluartes completos a este e a oeste, separados por cortina e, a norte e a sul, meios baluartes. Possuía duas portas de acesso, devendo-se considerar principal, a do sudoeste, que dava saída para a Cidade, pela ladeira de acentuado declive. Próxima ao meio Baluarte do sul encontrava-se a residência do Capitão Geral e muitas vezes do Governador e fronteira a esta a Capela de S. Gonçalo. A meio da Praça abria-se uma boa cisterna e a sudeste desta construíram-se os armazéns de pólvora e Munições de Guerra. A oeste da residência do Capitão e, no mesmo alinhamento ficavam os quartéis de guarnição, calabouços e corpo de guarda. Pelo norte e oeste a fortaleza fechava-se com um muro de 480 palmos de altura, sustentado sobre a rocha que domina a Cidade. Segundo o autor, encontrou-se no local indicações que, testemunham que estava guarnecida com nove peças de calibre 18.

A figura seguinte, planta da fortificação devidamente legendada dá-nos conta, de modo mais preciso, como se distribuíam os diferentes elementos da composição em apreço.

²⁷ Fonte da ilustração: PEREIRA, Daniel. *Importância histórica da Cidade Velha* (ilha de Santiago - Cabo Verde). Cidade da Praia: IBN, 2004, p. XIX.

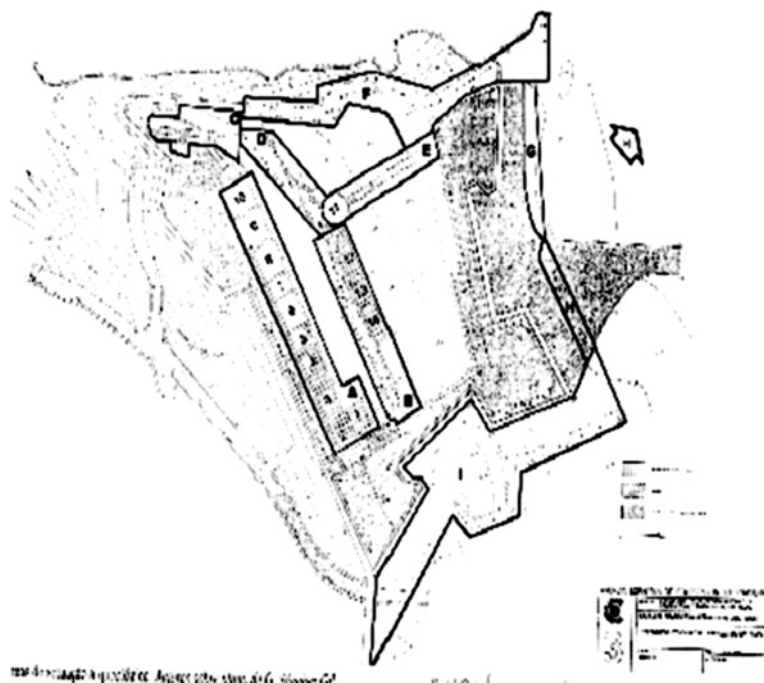


Fig. 2 - Planta da Fortaleza Real de S. Filipe reconstituída por Sanchez Gil²⁸.

Segundo Peña, a planta evita a figura ideal estrelada, geralmente predominante nesse tipo de construção na época. Adapta-se a um desenho que, pode chamar-se abaluartado, poligonal e revela a existência de vários compartimentos legendados através das respectivas estruturas. Destacam-se: Capela de S. Gonçalo, residência do Capitão Geral/ Governador e outros aposentos de aquartelamento (A). O edifício sacro tinha forma rectangular e a cabeceira a orientar-se a este como é comum neste tipo de construções²⁹. No alinhamento dos quartéis se inclui uma última subdivisão que correspondia ao armazém.

Possui uma porta a Sudoeste que dava acesso à cidade e um terraço central bem como uma cisterna ao centro com o respectivo canal de captação. Chamamos tenção a cisterna, pelo facto de se mater intacta até hoje, incluindo o seu piso revestido de tijolo.

Prosseguindo as descrições de carácter morfológico das duas fortalezas agora com incidência no Forte dos Três Reis Magos (Brasil) recorremos a referências baseadas em relatos de cronistas da época, dados a conhecer por Luís da Câmara Cascudo. Tais referências permitiram-nos apurar que o Forte é assim chamado, por causa de sua fundação, que ocorreu a 6 de Janeiro de 1598. Foi estrategicamente construído na foz do Rio Potengi para garantir o controle sobre os navios que chegavam do mar, sobre arrecifes, a 750 metros da barra do Potengi, para que o

²⁸ Fonte da ilustração: LOBO, "Técnica...", p. 134.

²⁹ JANSON, W. H. *História da Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 280 e p. 315.

embasamento fosse sólido. Foram utilizados principalmente areia, óleo de baleia, bronze e grandes pedras de granito trazidos de Portugal.

A planta original foi da autoria do Padre Gaspar de Saperes que fora mestre nas traças de engenharia na Espanha e Flandres antes de entrar para a companhia de Jesus³⁰. É a forma clássica de forte marítimo, concebido de cinco pontas, associada ao modelo de poligno estrelado, como se pode ver na figura que se segue.

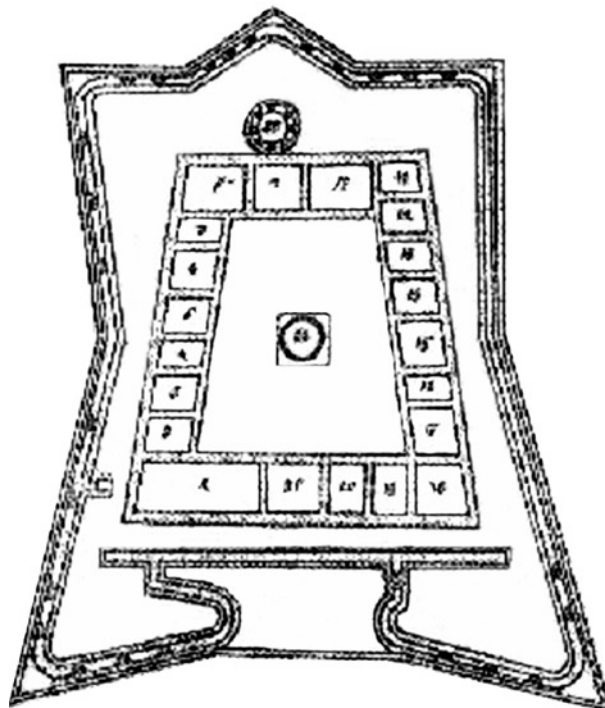


Fig. 3 - Desenho da planta do edifício reconstituída em 1873 pelo Engenheiro José Joaquim de Carvalho³¹.

Do desenho da planta do edifício reconstituída em 1873 pelo Engenheiro José Joaquim de Carvalho, tal como nos é apresentado por Hélio Galvão³², constam: Corpo de guarda (1); Prisões civis (2 e 3); Calabouço Militar (4); Almocharifado (5); Depósito (6 e 7); Quartéis (8, 9 e 10); Subida para as baterias (16); Prisões antigas subterâneas (17 e 18); Casa do Comandante (19); Cozinha (20); Estado-maior (21); Capela (22); e, Farol (23).

O conteúdo de documentos de época mais recuada (século XVII), feito chegar até nós pelo autor atrás referido, permitiu-nos apurar que o forte estava dotado dos seguintes apetrechos de guerra: dois barris de pólvora, com um *quintal* e duas

³⁰ CASCUDO. *História...*, p. 24.

³¹ Fonte da ilustração: GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. 2. ed. Natal: Fundação Hélio Galvão, 1999, p. 137.

³² GALVÃO, *História...*, p. 137.

arroubas de pólvora grossa, imprestável para fins militares, apenas para salvar; setecentas balas de artilharia deixadas por holandeses; seis cunhetes de bala mosqueteira; doze peças de artilharia, nove peças de ferro descarregadas e inservíveis³³.

A figura abaixo mostra-nos igualmente que a fortificação tinha vistas para o oceano, para além do raio de observação para Rio Potengi, as matas e o que veio a se tornar a cidade de Natal.



Fig. 4 - Forte dos Três Reis Magos, construído estrategicamente na foz do Rio Potengi e junto ao mar³⁴.

Do ponto de vista funcional, num e noutro caso estamos perante contextos de aparecimento de sistemas defensivos em que a acção de corso e pirataria, cujos vorazes aproveitaram da vulnerabilidade dos aglomerados humanos em crescimento ou por força da sua posição estratégica no quadro da economia mundial da época, atacam saqueiam no alto mar e em terra, sendo no último caso alvos apetecidos, os aglomerados humanos de tipo Ribeira Grande em Cabo Verde Rio Grande do Norte no Brasil.

Como resposta a tais incursões, a acção de defesa reveste-se de carácter militar e, resulta sempre, no estabelecimento de um forte marítimo.

As duas obras foram concebidas para garantir protecções físicas adicionais e complementares às acções de defesa imediata em combate próximo, em que já envolviam os habitantes na defesa dos seus bens. Para que pudessem cumprir essa finalidade foram concebidas como recintos muralhados de paredes grossas para assegurarem maiores resistências aos impactos dos projecteis. Verificamos na documentação consultada que pelo menos nestes dois casos existem grandes semelhanças: a começar no facto das obras serem edificadas, não só para funções militares, com também para fins civis. Igualmente, a presença de baluartes separados por cortinas preparadas, de forma a que a exposição de canhões exprimissem, em ambos os casos, alguma persuasão, traduzida em medo e terror e algum vacilamento

³³ GALVÃO, *História...*, p. 137.

³⁴ Fonte da ilustração: GALVÃO, *História...*, p. 137.

na pretensões ofensivas. Os baluartes permitir o tiro flanqueado capaz de atrapalhar as forças inimigas e assim abonar as respectivas acções a favor duma resistência consistente. Foram também planeados nas duas fortificações compartimentos sob a forma de quartéis, armazéns de munições e de pólvora, alojamento de soldados e de patentes mais altas, entre outras condições criadas tais como: aprovisionamento de água e de alimentos espelhados pela existência de cisternas e armazens-cozinha e assim, possibilitar que tais obras tivessem uma vida prolongada no tempo e cumprir de modo sustentado a finalidade para que foram edificadas.

Como se referiu acima, em ambas e associou a função de cariz militar a funções de carácter civil, sendo utilizadas como residência oficial das mais altas personalidades políticas e em situações concretas alojar a população civil, como foi o caso da fortaleza da Ribeira Grande. Nas duas fortalezas a função de difundir a fé cristão está presente nas construções de carácter sacro, integradas como capelas.

Conclusão

Com o presente trabalho, quisemos, no seguimento de Eduardo Jorge Esperança e na sua obra *Património e Comunicação*, evidenciar a importância histórico-cultural desses dois monumentos concebidos como obras da arquitectura militar.

Admitimos também, fazendo jus àquilo que evidencia João Lopes Filho na sua obra: *Defesa do património socio-cultural de Cabo Verde*, que actualmente há uma grande preocupação dos estados do mundo inteiro em relação aos seus bens patrimoniais, mas a verdade é que esse interesse só pode ser concretizado se forem promovidos estudos visando estabelecer a relação entre tais monumentos e a história dos seus habitantes, aferindo em que medida possam ter importância para a afirmação da identidade dos respectivos povos. Esperamos ter dado esse contributo, mostrando que os contextos de aparecimento das duas obras constituem facetas comuns da história de ambos os povos que, interessam ser conhecidos, tendo sido nosso particular interesse, esclarecer o valor simbólico das duas obras partindo-se da análise estrutura morfológica e funcional de cada uma.

RESUMO

A construção, na época moderna, das fortalezas Reais de S. Filipe em Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde, erguida em homenagem a Filipe II, de Espanha, que a mandou construir, entre 1597 e 1598, e dos Três Reis Magos na região do Natal – Brasil, cujo nome se deve ao facto de se ter iniciado no dia 6 de Janeiro de 1598, dia dos Reis Magos enquadra-se na história das fortalezas ultramarinas hispano-portuguesas. Foram edificadas em pontos geográficos de grande valor estratégico do ponto de vista militar e económico, visavam defender os aglomerados urbanos situados nas suas proximidades e propunham-se com os mesmos, garantir a segurança das embarcações do reino que escalavam os respectivos portos. Nos dois casos prevaleceu o estilo e a estética convencional da época. Abas estão dotadas de valor simbólico, exprimindo, entre outros aspectos, a função para que foram edificadas que, por sua vez, lhes confere o estatuto de património.

Palavras-Chave: História da Arte Colonial; Arquitectura Militar; Valor Simbólico-Patrimonial.

ABSTRACT

The construction of the Real Fortress of S. Filipe and of “Três Reis Magos” are very important to the history of the Spanish and Portuguese ultramarine fortresses edification. The former was built up in 1593-1597 in the village of Ribeira Grande in Santiago Island of Cape Verde, and named after the King of Spain, Phillip II, and the latter in Natal, Brazil, in 1598, and named after the three *Wise Men from the East* for the fact that its construction started on 6th January – the *Day of the three Wise Men*. Built up in militarily and economically strategic geographic places, their purpose was to defend the urban centres (*towns*) located near them, and to guarantee the safety of the ships which scaled the harbours nearby and belonged to the Portuguese kingdom. Both monuments are marked by the style and conventional aesthetic of that epoch. Both bear the symbolic value and aspects which confer to them the patrimony status.

Keywords: History of Colonial Arts; Military architecture; Patrimonial-Symbolic Value.